

ARTIGO

Representatividade LGBTI+ e commoditização: problematizando estratégias de instituições financeiras

Inês Hennigen¹

> ineshennigen@gmail.com
ORCID: 0000-0002-0973-5973

Adriel Giordani Christ¹

> adrielchrist@gmail.com
ORCID: 0000-0001-6380-7088

Pyetro Bellon de Oliveira¹

> pyetro.bellon@gmail.com
ORCID: 0009-0000-8961-2836

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Porto Alegre, Brasil

Copyright © 2024 Sexualidad, Salud y Sociedad – Revista Latinoamericana. This is an Open Access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License (<http://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>), which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.

Resumo: No artigo problematizamos o uso estratégico de pautas, símbolos e representatividade LGBTI+ por três instituições financeiras: *Pride Bank*, Santander e Itaú. Com base na cartografia e concepções teórico-metodológicas foucaultianas, analisamos formas e forças que se tecem e entram em jogo, como promovem a financeirização e refletimos sobre efeitos subjetivos e políticos. Colocando em questão a lógica financeiro-neoliberal, discutimos: a comoditização do orgulho, bandeira e representações identitárias para fazer aderir a produtos e, assim, apoiar a causa (*Pride Bank*); o uso de celebridade LGBTI+ para promover serviço e cartão (Santander); os paradoxos do programa de fomento do Itaú que, acenando diversidade e visibilidade, tudo remete ao âmbito do trabalho. Finalizamos indicando ser crucial atender às desigualdades e produzir fissuras nesta lógica que prospera fomentando endividamentos.

Palavras-chave: representatividade LGBTI+; comoditização; neoliberalismo; financeirização; produção de subjetividade.

LGBTI+ representativeness and commoditization: problematizing strategies of financial institutions

Abstract: In this paper, we problematize the strategic use of LGBTI+ agendas, symbols and representation by three financial institutions: Pride Bank, Santander and Itaú. Based on cartography and on Foucaultian's theoretical-methodological concepts, we analyze forms and forces that are created and mobilized, how they promote financialization and we reflect on subjective and political effects. Putting into question the financial-neoliberal logic, we discuss: the commoditization of pride, flag and identity representations to make people acquire products and, thus, support the cause (Pride Bank); the use of a LGBTI+ celebrity to promote services and cards (Santander); the paradoxes of Itaú funding program which, in spite of referring to diversity and visibility, ultimately subsume everything to the realm of labor. We conclude by indicating that it is crucial to pay attention to inequalities and create cracks in this logic that thrives by fostering debt.

Keywords: LGBTI+ representativeness; commoditization; neoliberalism; financialization; production of subjectivity.

Representatividad LGBTI+ y comoditización: problematizando estrategias de instituciones financieras

Resumen: En el artículo problematizamos el uso estratégico de agendas, símbolos y representatividad LGBTI+ por parte de tres instituciones financieras: Pride Bank, Santander e Itaú. Basándonos en la cartografía y las concepciones teórico-metodológicas foucaultianas para analizamos las formas y fuerzas que se crean y entran en juego, cómo promueven la financiarización y reflexionamos sobre los efectos subjetivos y políticos. Poniendo en cuestión la lógica financiero-neoliberal, discutimos: la comoditización del orgullo, de la bandera y de las representaciones identitarias para inducir la adhesión a productos y así apoyo a la causa (Pride Bank); el uso de celebridad LGBTI+ para promover servicios y tarjetas (Santander); los paradojas de lo programa de financiación de lo Itaú que, a pesar de mencionar diversidad y visibilidad, lo subsumen todo en lo ámbito de trabajo. Concluimos indicando que es crucial prestar atención a las desigualdades y producir fisuras en esta lógica que prospera fomentando el endeudamiento.

Palabras clave: representatividad LGBTI+; comoditización; neoliberalismo; financiarización; producción de subjetividad.

Representatividade LGBTI+ e commoditização: problematizando estratégias de instituições financeiras

Introdução

Este artigo é fruto de uma pesquisa integrada, em curso, que busca conhecer e problematizar condições postas hoje para a produção de vida e subjetividade; com tal objetivo, focaliza formas e forças que constituem e atualizam o capitalismo neoliberal financeirizado no Brasil. A perspectiva cartográfica (Barros; Barros de Barros, 2016), articulada a ferramentas teórico-metodológicas concebidas por Foucault (2008; 2018), tem nos possibilitado mapear e analisar uma série de processos e elementos heterogêneos.

Dentre aspectos já mapeados, entendemos ser tempestivo trazer à discussão iniciativas que associam pessoas, símbolos e/ou pautas LGBTI+¹ a instituições financeiras. Para quem enfrenta discriminações e violências de diversos tipos, pode ser alentador existir espaços e produções culturais que lhe inclua e represente, pois denotaria reconhecimento. Contudo, instauram-se paradoxos e mal-estar quando é percebido que isso decorre de sua tipificação enquanto um nicho a mercantilizar.

Conceitos como *pink money* têm sido empregados em análises sobre ações de “empresas que *investem* em campanhas publicitárias de apoio à diversidade de orientação sexual e de gênero” (Oliveira; Machado, 2021, p. 21, grifo nosso). A disseminação do discurso financeiro (Lapyda, 2023) naturalizou a noção de investir, então cumpre avivar que nela subjaz a expectativa de fazer algo render – o que não acontece sem certas condições e efeitos, cujo cerne são as desigualdades, agudizadas com o neoliberalismo financeirizado.

Sendo assim, abrimos interrogantes quanto ao uso estratégico de pautas, reivindicações históricas, símbolos e representatividade LGBTI+ por parte de instituições financeiras: que formas (discursivas e visibilidades) se tecem, que forças (biopolíticas e, no limite, necropolíticas) entram em jogo, como fomentam a financeirização, que efeitos subjetivos e políticos se podem vislumbrar?

Questões intrincadas e pouco contempladas na academia e em espaços de diálogo e organização política. Diante disso, aqui iniciamos uma discussão crítica a partir da análise de materialidades, acessadas no mapeamento acima referido, relativas a três

¹ Adotamos a sigla LGBTI+ seguindo a linha do Centro de Referência em Direitos Humanos/UFRGS.

instituições financeiras: o site do *Pride Bank*, que se apresenta como o primeiro banco digital LGBTI+ no mundo; dois vídeos publicitários do Banco Santander, protagonizados por Gil do Vigor; duas edições (2021 e 2022) do Edital LGBT+ Orgulho, do Banco Itaú, para fomento financeiro de projetos voltados a essa população.

Movimento LGBTI+ e processo de financeirização: notas histórico-conceituais

O movimento LGBTI+ agrega plurais e complexas lutas e reivindicações históricas – a constante mudança na sigla é pequena medida disso. Contudo, tendeu-se a criar uma história unificada, com hegemonização de elementos, como a Revolta de *Stone-wall* (em Nova York em 1969), que se tornou marco emblemático, espécie de origem. Narrativas descrevem que havia, antes, um incipiente movimento homossexual que buscava construir uma imagem higienizada e normalizada; depois, que despontaram pautas convergentes nos movimentos internacionais e nacionais, como fim da discriminação e violências, e acesso a direitos sociais (Green, 2022). Progressivamente, diferentes sujeitos passaram a tentar subverter padrões de gênero e sexualidade operando o orgulho “enquanto vetor de existência pública e mote das ações políticas” (Quinalha, 2022, p. 98), o que fez desse afeto um dos pilares das lutas LGBTI+.

Certo imperativo que mescla progresso e orgulho foi se constituindo acriticamente; assim, eventos foram tomados de modo linear, delineando ondas, ciclos e décadas, crono-normatizando as experiências dos sujeitos, o que vem sendo problematizado (Kveller, 2022). Narra-se que, nos anos 70, o movimento internacional estava focado na luta pela despatologização da homossexualidade e afirmação identitária; no Brasil, mesmo em meio à ditadura, aponta-se que foram criados espaços de sociabilidade e na cena musical popular, jornais independentes e organizações políticas, em simultaneidade com os movimentos feminista, negro e estudantil (Green, 2022).

É dito que, nos anos 80, um movimento politizado e mais organizado emergiu, indo para as ruas com o objetivo de conquistar espaços institucionais e debater demandas relacionadas à visibilidade, participação e representação política, somando-se aqui às lutas pela redemocratização. Assinala-se que, no auge da epidemia de HIV/AIDS, diferentes sujeitos estavam, cada vez mais, se afirmando politicamente e “saindo do armário” na esfera pública, seja pela via de como viviam ou como morriam (Green, 2022; Quinalha, 2022).

No Brasil, na década de 1990, se popularizou o termo GLS, sigla para Gays, Lésbicas e Simpatizantes, em associação à ideia do *gay friendly*, sinalizando a crescente atenção dos mercados ao potencial de consumo desses segmentos (Simões; Facchini, 2009). Articulações das homossexualidades com certas expressões estéticas, ambientes festivos e viagens ganharam contornos mercantis específicos. Com o tempo, símbolos,

como a bandeira arco-íris, foram incorporados pelo mercado, que se valeu de pautas da militância para amalgamar ou subsumir posições cidadãs nas consumidoras.

A busca por visibilidade na esfera pública e integração à sociedade levou à primeira Parada do Orgulho GLT brasileira em 1997 em São Paulo; inspiradas nas estadunidenses, desde então passaram a acontecer em mais e mais cidades pelo país, com temáticas relativas às principais reivindicações do movimento a cada ano (Quinalha, 2022; Simões; Facchini, 2009).

Nos anos 2000, distintas identidades buscavam afirmação e visibilidade, provocando alterações na sigla e a compreensão, que segue em processo, do caráter plural do movimento. Contexto neoliberal, em tensão com o Estado de bem-estar social, algumas políticas públicas e sociais foram lançadas, como o programa Brasil Sem Homofobia, de 2004, destinado ao combate à violência e à discriminação, o que criou condições para a realização, em 2008, da primeira Conferência Nacional GLBT (Irineu, 2014). No mesmo ano, fruto da luta dos movimentos sociais, foi instituído o acesso ao Processo Transexualizador no SUS, e o atendimento integral de saúde às pessoas trans foi conquistado em 2013 (Cazeiro *et al.*, 2022).

Pontuamos que foi e segue sendo basicamente no âmbito da saúde que políticas públicas acabam acontecendo, como se respondessem a todas as necessidades e demandas desta população. De fato, isso demarca um governo biopolítico (Foucault, 2018) que se compõe, *pari passu*, ao avanço da lógica neoliberal financeirizada em outras esferas, como da moradia. Nesta direção, divulgava-se a concessão de crédito imobiliário a casais homoafetivos, desde que a união fosse confirmada em declaração por escrito (O Globo, 2010).

Certas lutas foram sendo respaldadas na esfera jurídica: não por acaso, o STF reconheceu a união estável entre pessoas do mesmo sexo em 2011, e uma resolução do CNJ proibiu a recusa do registro do casamento homoafetivo em 2013; o uso do nome social de pessoas trans no âmbito da administração pública foi assegurado em 2016, e resolução do CNJ permitiu sua retificação em documentos oficiais em 2018; a criminalização da discriminação sexual contra pessoas LGBTI+, pauta crucial, foi garantida somente em 2019 pelo STF.

Hoje, no Brasil, são significativos os desafios para o movimento LGBTI+ tendo em vista políticas de vida e de morte que se espriam. Em processos biopolíticos, tem-se a neoliberalização do próprio movimento, que implica assimilações mercadológicas, cooptações e esvaziamento de pautas (Bourcier, 2020). Isso marca alinhamento a uma política sexual homonormativa com práticas que promovem a manutenção de instituições neoliberais cis-heteronormativas (Duggan, 2002). Simultaneamente, proliferam ataques sem trégua de forças autoritárias e conservadoras – necropolíticas (Almeida, 2021) – que buscam minar direitos conquistados, fragilizando condições de existência, quando não operando no sentido cru de aniquilar certas pessoas LGBTI+, tornadas matáveis.

Uma ferramenta estratégica nas lutas por reconhecimento, acesso e afirmação política, que vem sendo utilizada por correntes LGBTI+, é a representatividade: é demandado às instituições o compromisso real com uma forma plural de inclusão que questiona os regimes de visibilidade, os apagamentos e a estigmatização dos grupos subalternos, buscando melhor refleti-los nos espaços de poder e prestígio social (Quinalha, 2022).

Cabe retomar que o clamor por reconhecimento ressoa em uma esfera: o mercado LGBTI+ é dito um dos que mais crescem no mundo. Empresas, engajadas e/ou atraídas pelo potencial de consumo da comunidade (o chamado *pink money*), lhe direcionam produtos e serviços e/ou anunciam apoio às suas lutas. Neste contexto, análises quanto ao *pinkwashing* (quando publicidade não traduz práticas) e ao ativismo neoliberal das marcas problematizam a relação entre consumo e cidadania (Gois; Ferraz, 2021; Oliveira; Machado, 2021). Nesta direção, pontuamos: a visibilidade obtida em tal esfera se atrela ao consumo e, comumente, publicidades retratam pessoas LGBTI+ sintonizadas à política sexual homonormativa (Duggan, 2002). Assim, mantém-se o jogo de inclusões/exclusões, e a posse de recursos financeiros (o poder de compra) torna-se vetor a regular o acesso a bens/serviços e os regimes de visibilidade – o que não (ou pouco) responde à demanda por representatividade.

Uma vez que representatividade relaciona-se a regimes de visibilidade e inserção em espaços de poder e prestígio social, questionamos: caberia pensar nesses termos as iniciativas que associam pessoas, símbolos e pautas LGBTI+ às instituições financeiras, visto as últimas serem medulares no capitalismo contemporâneo? Ou é crucial tensionar tais iniciativas trazendo à análise a comoditização de pautas e afetos?

Para prosseguir, necessário abordar a financeirização. Sua face mais nítida é a multiplicação de operações, tecnologias e instituições financeiras, mas tal processo diz da “predominância da lógica financeira nas atividades econômicas (e na sociedade e na política)” (Lapyda, 2023, p. 12), em relação umbilical com o neoliberalismo. Dessa complexa imbricação, destacamos alguns aspectos para discutir seus efeitos na produção de subjetividade.

A liberdade – individual, de mercado, da não intervenção do Estado –, em tese, alicerça o neoliberalismo, o que Lapyda (2023, p. 99) rebate: trata-se de “um projeto de restauração do poder da classe capitalista (em especial da fração financeira)”. O Chile neoliberal do ditador Pinochet e os vultosos socorros estatais aos bancos, em crises como a de 2008, dão mostras de quais liberdades (não) importam e para quem o Estado deve ser máximo. Mas os sedutores mantras de liberdade, meritocracia e realizações individuais acabam forjando a subjetividade contábil (Dardot; Laval, 2016) do sujeito empreendedor de si mesmo, tornado responsável por fazer render seu capital humano (Foucault, 2008).

Em termos macropolíticos, a progressiva desregulamentação financeira retroali-

mentou a neoliberalização: com as privatizações, minou-se o Estado de bem-estar social e serviços/direitos sociais (saúde, educação, previdência, etc.), mais e mais, tiveram que ser acessados via mercado – searas para vertiginosa valorização do capital financeiro (Lavinás; Gentil, 2018). Com a cultura do consumo consolidada, incrementou-se muito a comoditização (comodificação ou mercantilização, entre variações do termo), fenômeno em que praticamente tudo, de bens tangíveis a aspectos simbólicos, passam à condição de mercadoria vendável (Beck; Cunha, 2017).

Como comprar ou acessar na ausência ou escassez de recursos? Basilar na financeirização, o sistema crédito-dívida tornou-se titânico e conta com “cúmplices fatais”: os cartões de crédito que, onipresentes e numerosos, multiplicam limites disponíveis. Plásticos que tudo “pagam”, trata-se de nó visível de uma colossal rede na qual toda transação e circulação de valores gera percentual de ganhos financeiros. Tecnologia que faz fazer e ser: cartões endividam muitíssimo no Brasil em função das absurdas taxas de juros. Neste sentido, Lazzarato (2019, p. 28) é certo: o sistema crédito-dívida constituiu a biopolítica que transforma todos em “homens [sic] endividados”, financeira e moralmente, pois se demanda que todo o necessário seja feito para se *honrar* as dívidas, o que empenha o porvir.

Com a financeirização, a acumulação e concentração de riqueza, em detrimento do bem-estar social, tem sido brutal, no limite, mortífera, necropolítica: o 1% de hiper-ricos do planeta concentra poder econômico e político sem par; 99% da população mundial, em meio a tal desigualdade atroz, lutam por oportunidades, acessos ou mesmo condições básicas de subsistência (Dowbor, 2017; Lapyda, 2023; Lazzarato, 2019).

Para avançar na discussão quanto à imbricação entre financeirização e neoliberalismo, cabe retomar Almeida (2021) que, evocando a noção de necroliberalismo de Achille Mbembe, caracteriza a governamentalidade neoliberal como necropolítica.

A necropolítica é a forma de exercício da soberania que se funda na expansão da lógica colonial, tendo em vista que a reprodução das condições objetivas e subjetivas da vida econômica se estabelece com a *constante depreciação da vida material*, com o aprisionamento do desejo na forma de mercadoria e *com a financeirização de todos os âmbitos da vida* (Almeida, 2021, p. 9, grifos nossos).

Em tal conjuntura, para boa parte da população, em especial as minorias, sobreviver passa a ser um desafio cotidiano. No atual capitalismo financeirizado, tem-se, como aponta Fraser (2024, p. 79), a “expansão do híbrido expropriação-exploração”, matriz do aprofundamento e generalização de condições precarizadas de vida. Se o incremento da exploração de trabalhadores passa, entre outros fatores, pelo desmonte de seus direitos, a expropriação contemporânea dá-se, em grande medida, através do sistema crédito-dívida. Com o encolhimento do Estado de bem-estar social e a priva-

tização de serviços antes públicos, tem-se a explosão do endividamento dos sujeitos, meio ordinário hoje para acessarem o necessário para (sobre)viver – uma das faces da despossessão por dívida. Por outro lado, “praticamente *todas* as pessoas desprovidas de propriedade no contexto pós-colonial são expropriadas por meio da dívida pública” (Fraser, 2024, p. 80, grifo da autora). No Brasil, a primazia dada ao seu onerosíssimo pagamento faz minguar mais ainda o aporte estatal aos serviços públicos², retroalimentando e agravando endividamentos.

Neste contexto, a inclusão financeira, ou bancarização, avançou a passos largos em nosso país; nos últimos anos, com a proliferação e segmentação das *fintechs* e das contas digitais (Ferrarini, 2021), a difusão de produtos e serviços financeiros só vem expandindo-se, naturalizando mais ainda a lógica financeira. Portanto, urge atentar para esta questão, especialmente quando articulada a vivências das minorias, o que fazemos na sequência tecendo análises e problematizações no que tange à população LGBTI+.

Pride Bank: orgulho e diversidade tomados no circuito financeiro

Ao entrar no site³, lê-se “Boas Vindas ao Pride Bank: banco digital com propósito social”, abaixo, o botão “Abra sua conta”, à direita, se visualizam imagens de diferentes corpos, que remetem a representações identitárias LGBTI+ portando elementos com as cores do arco-íris. Mais adiante, está dito “Ao usar, você apoia a causa”, sendo explicado que um percentual da receita é destinado a ações que impactariam a comunidade LGBTI+. Esta *fintech* diz orgulhar-se disso, o que a tornaria “mais do que um banco digital”. Estrategicamente, senso de participação, identificação, conexão emocional e a abertura de conta são conectadas – e o apoio à causa passa a ser financeiro: serviços/produtos bancários renderiam dinheiro, parte canalizada para ações sociais.

Anunciado como primeiro banco LGBTI+ do mundo, sua nomeação com o termo inglês *pride* pode conectá-lo ao movimento global. Mas é crucial problematizar o uso ardiloso do orgulho, afeto político tão fundamental nas histórias de afirmação e subversão por essas pessoas (Quinalha, 2022). Entendemos que sua transformação em marca, um CNPJ, lhe esvazia e privatiza.

A complexidade do ativismo que produziu tal forma-força, ferramenta político-subjetiva, se dilui ante a comoditização deste afeto, tornado mercadoria (Beck; Cunha,

² Para conhecer montantes, ver: <https://auditoriacidada.org.br/>

³ O site do *Pride Bank* está fora do ar no momento, mas pode-se acessar seu conteúdo em: <https://web.archive.org/web/20231029095652/https://pridebank.com.br/>. Os materiais analisados foram capturados (*print* das páginas) ao iniciarmos a pesquisa; textos ou falas literais reproduzidas no artigo estão entre aspas.

2017). Historicamente, o orgulho era de ser dissidente. Cooptado pelo mercado, remete ao assimilacionismo social pela via do consumo, no caso, incrementado por crédito direcionado e outras operações financeiras, tornando essa questão ainda mais paradoxal aos movimentos de luta.

Cabe referir ainda que, ao lado das imagens dos diferentes corpos, lê-se “#OrgulhodeSerPride”, forma de convocar: seja um/a prider (neologismo nosso), correntista orgulhoso do banco, que difunde a *hashtag*. Com o mote do propósito social, a *fintech* busca formar comunidade em torno de si. Estratégia de *marketing* e política identitária mescladas. Orgulho tomado no circuito de valorização financeiro-política: mais clientes, mais receita, repasse para ações sociais LGBTI+, maior adesão à *fintech*, em *looping* contínuo. Assim, atualiza-se a subjetividade atada à lógica financeira e neoliberal, que passa a crer que o impacto social depende de mais dinheiro oriundo do mercado ou de indivíduos apoiadores.

Incorporando o arco-íris como estratégia estética para posicionamento de marca, o *Pride Bank* estabelece sua forma de concorrência no mercado: não é LGBTI+ *friendly* de ocasião (em períodos das Paradas ou datas específicas), é marca aliada contínua. Contudo, indica-nos uma tensão acerca da representatividade: atende à demanda decorrente da ausência de comprometimento das (outras) marcas, mas, paradoxalmente, desencadeia novas armadilhas.

No site, é possível encontrar cartões de crédito em diferentes seções, customizados com bandeiras, símbolos e emblemas LGBTI+. Optamos por analisar uma divulgação questionável: vê-se a imagem de uma mulher branca, cabelos longos e ondulados, olhos azuis, maquiagem com tons rosa e azul brilhantes em destaque, lábios volumosos e mãos delicadas; bem próximo aos olhos, ela segura um cartão de crédito ornamentado com uma espécie de fumaça azul, rosa e branca – identificação imediata da bandeira trans. Ao lado, letras grandes: “Seu cartão. Seu nome. Sua história. Você escolhe o modelo do cartão e ele vem com o nome que você escolher. A gente valoriza sua história”.

Que tipo de valor é atribuído à história de vida? Financeiro, uma vez que é atrelada a um cartão de crédito? Para quem é possível e sustentável ter um cartão deste tipo? Interrogantes que suscitam reflexões acerca do (ab)uso da conquista política do nome social, aqui como se fosse “item” à escolha, junto ao *design*, para compor o cartão. O que se processa é a promoção de um engendramento de performatividade de gênero-sexualidade (Butler, 2023) mesclada à performance neoliberal financeirizada.

O conjunto de elementos de tal divulgação toca em uma questão socialmente sensível, uma vez que o nome, crucial para a identidade, passa a figurar no cartão, conferindo “reconhecimento” via registro financeiro. O nome social, muitas vezes considerado uma das primeiras etapas do processo de transição, parece tomado para deixar outra promessa implícita: a possibilidade de conquistar formas de passabilidade via um circuito de mercado voltado à transição de gênero.

Muitas pessoas trans buscam intervenções e modificações corporais para sua afirmação e expressão de gênero, o que pode demandar recursos financeiros bem significativos. A partir do que o *Pride Bank* apresenta, o crédito fica subentendido como espécie de aliado, a ampliar as possibilidades de conquista de um corpo aceito por si e socialmente. Abrimos questões: o que pode ser mais biopolítico do que ter de lançar o corpo em um mercado tão dispendioso? Quem pode bancar os custos e como?

Quanto ao que se afigura como uma estratégia predatória que associa transação financeira e transição de gênero, aqui problematizamos não o desejo por passabilidade, mas como o mercado e campos de saber-poder jogam com a produção desse processo. Isso porque tal percurso de adequações pode tornar-se potencialmente inesgotável, visto estar em constante tensão com aquilo que o saber biomédico patologiza como “incongruência de gênero” e aponta como disforias (Pontes, 2021), e com o que ganha visibilidade em produções culturais e publicitárias. Quando assim, cabe marcar um incitamento à produção de si como parte do cis-tema, a performatizar modelos ideais, em conjugação com a lógica financeira.

Tangenciamos questão tão sensível, com complexidades que irrompem, pois queremos chamar atenção para, parafraseando Lazzarato (2017), o processo de produção de pessoas trans endividadas. Na divulgação em análise, há explícita referência à valorização da história daquela mulher trans glamorosa. Tomando somente o processo de transição – uma das muitas necessidades e/ou trajetórias desta população, que jamais resume histórias – indagamos: como terá sido para ela; o que precisou fazer, com que recursos?

No Brasil, onde transfobia, precarizações e morte se fazem cotidianas, é cabível supor que pouquíssimas são as pessoas trans que conseguem realizar tal percurso em âmbito privado sem se endividar; já aquelas que têm acesso e buscam crédito vão precisar se haver com o consequente endividamento – com “sorte” e tempo incerto de espera, uma parte talvez consiga fazer alguns procedimentos em serviços públicos. Contudo, em função da dívida pública, que é “paga” fazendo minguar redes de proteção social, com a expropriação dos já desprovidos de propriedade (Fraser, 2024), o que supor em relação às pessoas trans pretas, empobrecidas e/ou em situação de rua? O que lhes é impossível?

Conjecturas, o que resta a fazer haja vista a ausência de dados e estudos sobre condições socioeconômicas de pessoas trans, cujos direitos são sistematicamente expropriados. Neste sentido, sublinhamos ser não só importante, mas urgente considerar e enfrentar a dimensão e impactos do que aqui chamamos endividamento trans.

Outra associação estratégica requer análise. O site, que parece arquitetado para jogar com diferentes marcadores identitários, destaca, em letras brancas: “O *Pride Bank* é o banco mais colorido do mercado”. Colorido aqui confere tom racial ao dito, pois, ao lado, está a fotografia de dois homens negros que se abraçam sorrindo, em uma articulação raça-sexualidade-afeto. Abaixo, lê-se: “E estamos sempre pensando em produtos e serviços que podem ser repensados para a nossa comunidade. Desde

cartão de crédito que aceitam nome social e artístico à planos de saúde e seguro pensado para nós”. Tal composição de imagens e ditos reconstrói um imaginário relativo aos homens negros, pois esses, historicamente hipersexualizados, poderiam, amorosamente, contratar planos e gerenciar suas finanças de forma conjunta (em união estável, talvez), o que fortalece um padrão monogâmico e cis-heteronormativo, e atualiza práticas homonormativas neoliberais e financeirizadas. Através desta forma de captura, engendram-se subjetividades mercadológicas alinhadas à cultura *mainstream*, novos *lifestyles* e nichos de consumo (Duggan, 2002).

Reitera-se a subjetivação do que Bourcier (2020) conceitua como “bons homos”, identidades sexuais comportadas, e também a lógica em que sujeitos são conduzidos a um novo regime confessional, que faz perguntar: “Quanto você custa? Quanto você nos custou? Quanto você produziu? Quanto você vale?”. Trata-se de “questões colocadas por um regime de produção da verdade do sexo e do gênero indexados, sexual e racialmente conectados ao mercado na era neoliberal” (Bourcier, 2020: 19).

Essa dinâmica, na esteira da lógica financeiro-neoliberal, promove o enfraquecimento de variados aparatos público-coletivos. Conduz, veladamente, seus clientes a um afastamento de políticas públicas, como as de saúde via SUS, ao apresentar a oferta de serviços adicionais: “Médico na tela (telemedicina); SulAmerica Odonto; Descontos em farmácias”. Estes “extras” indicam como se forjam alianças de conglomerados de saúde privada, a rentabilizar o autocuidado e autogoverno, acessível a quem pode pagar continuamente, ou entrar em ciclos de endividamento, para manter este privilégio. A mercantilização de necessidades básicas (Lavinhas; Gentil, 2018) produz enfraquecimento na relação de sujeitos com os aparatos estatais que visariam acolher populações historicamente precarizadas. Pessoas negras, usuárias significativas de políticas públicas, têm sido, no avanço do colonialismo financeiro, alvo desta lógica privatizante das condições da vida.

A cooptação de representatividades pelo *Pride Bank*, longe de promover qualquer “hackeamento” do sistema financeiro, acaba colocando em cena concepções alegóricas e estereotipadas de pessoas LGBTI+, concentrando-se em segmentos específicos. Atualiza ideais de LGBTI+ produtivos – no caso, produção de valor para o sistema financeiro; ao higienizar e normalizar alguns, exclui e marginaliza quem não se enquadra, conservando hierarquias e desigualdades.

Santander: da censura à estratégia da visibilização seletiva

A mostra Queermuseu – Cartografias da Diferença na Arte Brasileira, exibida em espaço cultural do Santander em 2017, foi criticada por grupos conservadores e acusada de promover conteúdo pedófilo e ofensivo. Frente à pressão, foi cancelada pelo

Banco, motivando investigação do Ministério Público Federal (MPF) para verificar uma possível censura. A confirmação que isso realmente ocorreu levou a um acordo entre o Santander e o MPF, que determinou a realização de duas novas exposições: uma sobre empoderamento feminino e outra sobre diversidade sexual. Apenas a primeira foi realizada e, para compensar a segunda, o Banco pagou uma multa de 420 mil reais, convertida em financiamento para as Paradas Livres de Porto Alegre e projetos voltados aos direitos humanos⁴.

Pode-se inferir que a confiança do público LGBTI+ no banco Santander ficou abalada após tais eventos. É nesse contexto que, em 2021, o Banco lançou campanha com alguns vídeos publicitários protagonizados por Gil do Vigor (Gilberto Nogueira). Um deles⁵ divulgava o *Open Banking*, serviço criado pelo Banco Central que permitia ao cliente compartilhar seus dados bancários com instituições financeiras de sua vontade, visando melhorar a oferta de serviços⁶.

Nesse vídeo, Gil inicia afirmando querer ser presidente do Banco Central, enquanto seu nome e profissão de economista são destacados na tela; então, anuncia a mudança do sistema bancário com a chegada do *Open Banking*, que “é fácil, é transparente, é liberdade pra você deixar o seu dinheiro com quem te oferecer as melhores condições”; segue com incentivo para as pessoas se prepararem, fazer o pré-cadastro, pois “quem não se posiciona acaba sendo posicionado”; no final, pergunta, em um tom indignado: “aliás, por que só *open banking*? Sou a favor de tudo *open*: mercado financeiro, tecnologia, tudo livre, *open*. O mundo tem que ser *open*”.

A escolha de Gil do Vigor foi estratégica: trata-se de celebridade pertencente à comunidade LGBTI+ e formado em economia. Ao trazer um homem gay para vender os serviços financeiros, sem fazer qualquer referência direta a tal identidade, enfatiza-se que ele está ali enquanto economista, alguém que pode mostrar os benefícios que as tecnologias financeiras oferecidas possibilitam a quem “sabe se posicionar”.

A expressão *open*, quando proferida por Gil, leva a uma associação entre a abertura própria do movimento LGBTI+, que tem o “+” em sua sigla exatamente para destacar que acolhe a diversidade das vivências do gênero e da sexualidade, e a abertura acenada pelo mercado financeiro.

A divulgação busca transmitir a ideia de que aderir ao *Open Banking* corresponde a ganhos individuais do cliente no acesso a novas oportunidades financeiras. Mas, de

⁴ Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2021/01/14/multa-paga-pelo-santander-apos-fechamento-da-exposicao-queermuseu-financiara-projetos-sobre-direitos-humanos.ghml>

⁵ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=WtplsW4PJgM>

⁶ Passou a ser chamado de *Open Finance* quando foi reformulado para incluir previdência, seguros e investimentos. Disponível em: <https://openfinancebrasil.org.br/2022/11/17/o-que-e-open-finance/>

fato, está propiciando a expansão do setor, pois dados bancários (sensíveis) passam a ser capturados, circular – e gerar outros, frutos de seu cruzamento.

Estrategicamente, as expressões *open* e livre estão lado a lado. Por isso, sublinhamos uma diferença essencial. Na lógica neoliberal financeirizada, se clama ser livre para mais explorar, acumular, concentrar. Minorias, como pessoas LGBTI+, demandam ser/estar livres de discriminações, violências, para poder ser e viver livremente.

Em termos culturais, sociais e políticos, tal estratégia publicitária é engenhosa porque explora a visibilidade de uma personalidade querida pelo público LGBTI+ para disseminar uma lógica individualista de sucesso e consumo de serviços. Comoditização da representatividade, que Gil e outros colocam a operar. Assim, promove-se uma subjetividade financeirizada sem nunca pôr em questão as opressões inerentes ao próprio sistema, principalmente considerando as desigualdades que afetam as pessoas LGBTI+.

Outro vídeo da campanha divulgava o cartão SX⁷. Nesse, Gil convoca “todos os futuros engenheiros, enfermeiros, jornalistas, futuros profissionais desse país” para conseguir descontos em faculdades utilizando o cartão. Em seguida, afirma que o cartão seria bom para todos, inclusive para as faculdades, “já que o risco fica no cartão”, algo inverossímil. Ele finaliza com: “então, quero geral bombando com a hashtag #DeSXcontoVigoroso [que aparece na tela] e marcando os arrobas das faculdades”.

Ligar o acesso às faculdades privadas ao cartão SX reflete uma interseção refinada entre a financeirização e a privatização da educação. A publicidade transmite a ideia de que passar o cartão seria meio de passar para a faculdade, tentando fazer aderir ao discurso que a educação deve ser um investimento individual, acessado através de instituições privadas. Isso reforça a disposição a ver a educação como mercadoria, acessível para quem pode pagar, fomentando o crescimento de conglomerados que capitalizam com sua privatização (Lavinas; Gentil, 2018).

A participação de Gil do Vigor na campanha evidencia a cilada frequente a que estão suscetíveis figuras (pró) LGBTI+ e “de esquerda”: promover acriticamente setores com práticas que perpetuam a marginalização de grupos sociais, caminho inverso do que se buscava com a representatividade (Quinalha, 2022). Embora Gil incorpore características que desafiam normas conservadoras e políticas de direita, sua posição não é (de todo) contraditória, pois, como indica Lazzarato (2019), o neoliberalismo operado nos governos do PT mostrou que ser de esquerda não quer dizer ser antineoliberal.

As tecnologias financeiras, promovidas por Gil e pelo Santander, reforçam as normas e os valores de setores privados. Ao advogar por uma agenda neoliberal e defender o Estado mínimo, atendem-se os interesses do mercado financeiro, que, por sua vez,

⁷ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bWqV83sFaxA>

está sempre focado em garantir níveis máximos de lucro e concentração de riqueza, mantendo e (re)produzindo desigualdades.

Nesse circuito, o acesso ao crédito é intensamente promovido; em função dos altos juros, gera rentabilidade exorbitante. Para sustentar um estilo de vida ou, cada vez mais comum, o indispensável para viver, as pessoas passam a contrair dívidas, entram no ciclo de endividamento generalizado e empobrecem mais ainda. Evidentemente isso não é falha individual, mas uma incitação social. Esta produção de insegurança social segue sempre em vias de promover a privatização de serviços públicos e tornar tudo mercadoria, aumentando a concentração de riquezas (Lavinas; Gentil, 2018). Há toda uma engrenagem buscando transformar “o usuário social em cliente endividado” (Lazzarato, 2019: 32).

Se dívidas sempre empenham o futuro, as estudantis, emblemática das políticas neoliberais de substituição de direitos sociais pelo acesso ao crédito (Lazzarato, 2017), operam diretamente na condução de condutas de jovens. Esses, por seu desejo e/ou instados a ter curso superior para aumentar e fazer render seu capital humano (Foucault, 2008), frente à escassez de vagas públicas, buscam, cada vez mais, as privadas e se endividam na expectativa de quitar depois de formados. Com Lazzarato (2017, p. 63), cabe indagar: “que preparação melhor para a lógica do capital e para suas regras de rentabilidade, de produtividade e de culpa do que entrar no mercado de trabalho endividado?”

Wang (2022) pontua que, ao longo da história, a dívida foi racializada, por isso entende que analisar a economia da dívida tomando a estrutura do capitalismo racial passaria por focar os empréstimos estudantis. A autora refere “o hiato racial da dívida estudantil, posto que estudantes negros e latinos [nos EUA] se formam com uma carga de dívidas maior que a de estudantes brancos” (Wang, 2022, p. 124).

Endividar é capital hoje para a expropriação (Fraser, 2024) ou acumulação racializada por desposseção (Wang, 2022). Estratégico, neste sentido, colocar em cena Gil do Vigor – jovem adulto, gay, negro e apaixonado defensor do poder transformador da educação – para promover um cartão de crédito cujo uso resultaria em descontos em faculdades privadas. Afinal, sua trajetória pessoal e marcações identitárias possibilitariam diferentes identificações; já a composição cartão de crédito e desconto em faculdades abriria duas esferas potenciais de endividamento dos jovens (e/ou suas famílias).

Jogar luz sobre a instrumentalização das representatividades, a comoditização de afetos e pautas para fins econômico-políticos não significa responsabilizar individualmente, mas apontar o comprometimento de referências LGBTI+, como Gil do Vigor e o *Pride Bank*, com a racionalidade neoliberal financeirizada. Problematizar processos que perpetuam ainda mais desigualdades apresenta o desafio de produzir fissuras ao (quase) inexorável neoliberalismo financeiro que, enquanto forma/força macropolítica contemporânea, é um predador altamente astuto.

Editais LGBTQ+ Orgulho: financiamento e “rendimentos” subjetivos

No topo da página que apresenta o “Edital LGBTQ+ Orgulho 2021 Itaú Unibanco e Mais Diversidade”⁸ há uma faixa arco-íris com a listra laranja (uma das cores de logomarca do banco) bem alargada, onde se aloja a divulgação. Recurso estético para fazer ver o Itaú inserido na bandeira LGBTQ+?

Mais que retomar o uso repisado da bandeira e do orgulho, analisar estes editais permite esboçar discussões quanto aos jogos de forças que enlaçam, entre outros aspectos, pautas do movimento LGBTQ+, Estado neoliberal mínimo, terceiro setor e financiamento privado.

No regulamento do Edital 2021, o Itaú Unibanco diz reconhecer “nosso papel na proteção e promoção da diversidade em nossa organização e na sociedade”. É referido o entendimento “que o fomento a projetos deste caráter possui grande potencial transformador da sociedade”. Portanto, seu papel seria financiar? Quem transformaria? No site lê-se: “Com o propósito de estimular o poder de transformação da comunidade LGBTQ+ no Brasil, buscamos incentivar o desenvolvimento de iniciativas que auxiliem e estimulem a visibilidade, segurança e respeito às pessoas LGBTQ+”. Iniciativas em que âmbitos? Basicamente um, trabalho, com três focos, cada qual exposto em um quadro: no de “Empregabilidade”, vê-se a imagem de dois bonecos, tipo ícone de porta de banheiro, um com gravata, outro com vestido, ambos segurando pastas executivas, e lê-se “Gerar oportunidade para inserção no mercado de trabalho”; no de “Geração de renda”, o texto diz “Criar novas unidades produtivas”; e no de “Empreendedorismo”, “Implementar novas ideias, transformar em um negócio e gerar mudanças”. O montante é de R\$ 360mil, a distribuir entre, pelo menos, seis projetos. No pé da página estão os oito selecionados.

Replicando muito do anterior, o Edital de 2022 traz certas alterações a ressaltar. No topo da página, ao centro, vê-se a imagem de uma mulher preta jovem, corpo não conforme a certos ideais de magreza, usando turbante e pulseiras da cultura afro-brasileira, blusa sóbria, olhar direto, doce, smartphone nas mãos, um círculo amarelo emoldura seu corpo. Neste ano, a própria página traz o valor destinado e os critérios de avaliação. Continuam os mesmos R\$ 360mil, mas para distribuir entre 11 projetos, tendo sido agregada uma segmentação hierarquizada em “quatro categorias de patrocínio”: entre R\$ 20mil, para “iniciativas experimentais”, e R\$ 55mil, para projetos com “metodologias consolidadas... que já tenham resultados mensurados, expressivos e comprovados”. Dentre vários critérios a atender obrigatoriamente: “adequação ao

⁸ Os Editais 2021 e 2022 são divulgados na plataforma Prosas; estão, respectivamente, em: <https://editaisitau.prosas.com.br/lgbt2021.html> e <https://editaisitau.prosas.com.br/lgbt2022/>

foco”, “originalidade” e “não possuir vínculo com partidos políticos, grupos político-partidários ou religiosos”. Ainda quanto à avaliação, está dito que o edital “estimula a participação das representatividades”: “regional”; “intersecção com outros pilares de diversidade: raça e etnia, gêneros, pessoas com deficiência, pessoas 50+, refugiados e outros grupos sociais”; “projetos conduzidos por pessoas LGBTQ+”. Em ambos os editais, podem participar pessoas físicas e jurídicas, grupos ou coletivos, desde que iniciativas ou projetos sejam voltados à comunidade LGBTQ+. Ao final da página, estão os resumos dos projetos selecionados.

É paradoxal que editais de fomento a iniciativas que “estimulem a visibilidade” de pessoas LGBTQ+, estejam invisíveis no site do Banco Itaú, onde só há um texto formal sobre o tema diversidade. Caminhos indiretos levam ao Instituto Mais Diversidade, seu gestor, que informa: nas quatro edições, até 2022, foram recebidas mais de 2.200 propostas, sendo 35 patrocinadas. O Itaú mantém seus editais “no armário”; eles circulam pela “comunidade”. Visibilidade, pauta histórica, para quem ver?

Em tempos neoliberais, com o Estado desvinculando-se dos serviços sociais, o chamado terceiro setor, em especial as ONGs, na relação com os movimentos sociais, acabam assumindo até funções básicas de acolhida e promoção de direitos humanos. Campo prenhe de impasses e capturas pelas lógicas do mercado, a obtenção de recursos, escassos, é grande desafio, mormente frente às exigências dos editais (Silva, 2021).

Em 2022, o Itaú teve lucro líquido de mais de 30 bilhões (DIEESE, 2023); ao Edital, destinou ínfimos 360mil, divididos entre 11 projetos. No site do Itaú, a extensa tabela de doações e patrocínios⁹ mostra repasse de 100mil para o Instituto de Estudos Empresariais, entidade promotora do Fórum da Liberdade, que reúne anualmente, desde 1988, expoentes do neoliberalismo. Desse modo, migalhas para os proponentes LGBTQ+, que precisam disputa-las, submetidos ao princípio da “livre” concorrência (Dardot; Laval, 2016); valor cheio e direto, *livre de* concorrência, para um *think tank* reconhecido internacionalmente. Contraponto que permite discernir formas como se aprofundam as desigualdades socioeconômicas.

Sendo o Itaú operador da lógica neoliberal-financeira, fomento é investimento, precisa render, o que transcende retorno monetário. Rolnik (2018) sublinha ser o modo de subjetivação o que sustenta um regime; portanto, pode-se inferir que o esperado sejam “rendimentos” subjetivos. Quais seriam? Entendemos que, junto à comunidade LGBTQ+, funciona como publicidade de marca: aportes financeiros em seara tão desprovida de recursos acabam louvados, levam ao reconhecimento de quem patrocinou¹⁰

⁹ Disponível em: <https://www.itaubr.com.br/relacoes-com-investidores/integridade/doacoes-e-patrocínios/>

¹⁰ Prática dos patrícios para “amparo” de plebeus, que se renova desde a Roma Antiga.

e sua divulgação nas ações, e reforçam a aposta no poder do dinheiro privado para “resolver” problemáticas político-sociais, em inversão paradoxal e cruel.

Outros rendimentos desta ordem são auferidos em função do(s) foco(s) dos editais, o trabalho. Para o neoliberalismo, o trabalhador é “uma máquina que vai produzir fluxos de renda” (Foucault, 2008: 309). Por isso o apoio a iniciativas que levem à empregabilidade, à inserção no mercado de trabalho. A imagem conexas, os bonecos, que, ao contrário de aludir a “mais diversidade”, reitera binarismos, faz ver/crer que é para alguns: como se reconhecer em ícones com tamanho grau de estereotipia? Se mimetizar tais padrões para obter emprego estiver fora de questão, resta geração de renda ou empreendedorismo, frentes onde corpos LGBTI+ são convocados a serem produtores de criativos, inovadores, originais negócios a explorar. O que a articulação do foco com o objetivo dos editais leva a compreender? Para o Itaú, pessoas LGBTI+ vão alcançar “visibilidade, segurança e respeito” se tiverem emprego, gerarem renda ou empreenderem.

Os editais, na esteira da biopolítica (Foucault, 2018), buscam fazer viver de certa forma. Fazem conceber e submeter propostas alinhadas à racionalidade neoliberal do corpo-máquina que trabalha para gerar renda – e que é demandado a entregar produtividade e inovação. Afinal, propostas com metodologias consolidadas e resultados expressivos concorrem à faixa de valor maior que o dobro da destinada às com iniciativas experimentais, sendo que, simultaneamente, a originalidade também figura como critério avaliativo.

Deste modo, depreciam devires-menores, eclipsam pautas plurais, despolitizam lutas, direcionam e buscam instrumentalizar-se com o “poder de transformação da comunidade LGBT+”, evocado retoricamente; longe de responder à demanda por representatividade, desconsideram a diversidade ao uni-normalizar: tudo se resumiria/resolveria com trabalho. Controlam e conduzem condutas igualmente ao impor como critério obrigatório o não vínculo com grupos político-partidários, enquanto estão encharcados pela lógica neoliberal financeirizada, que, supostamente, seria apolítica.

Por fim, imprescindível grifar mais uma tentativa de cooptação: o uso estratégico da imagem de uma mulher preta, o realce-esvaziado da convocação à participação das “representatividades”, da “intersecção com outros pilares de diversidade”, incongruente, pois todos e tudo acaba subsumido na agenda neoliberal que aplaina subjetividades. Insensibilidade atroz com as pessoas/populações interseccionalmente marginalizadas, muitas vezes no limite do necropolítico (Almeida, 2021), que vivenciam tal condição justamente em função de um sistema sócio-político-econômico que lhe entrega “troca-dos”, como fazem os editais. Dissimulado aceno de inclusão, que toma, ainda mais da mulher preta, símbolos afetivo-culturais para indicar, como sempre, que à sua frente há o trabalho – refazendo dinâmicas exploratórias tão antigas, coloniais-capitalísticas, que não cessam de abusar determinados corpos.

Atentar às desigualdades, produzir fissuras, reafirmar lutas políticas

O reconhecimento das identidades políticas no norte global deu origem a elites entre mulheres, pessoas negras, LGBTI+ e outras, mas sem alterar o projeto histórico de acumulação-concentração, sublinha Segato (2022, p. 49), para quem “a própria palavra ‘desigualdade’ já não é suficiente para designar a extrema acumulação tão desproporcional que vivemos”; ela pensa que, por ser um “mundo de donos”, “senhorio” expressaria melhor. Com dados irrefutáveis, Dowbor (2017, p. 56) lhes expõe: há “147 grupos – 75% deles bancos – que controlam 40% do sistema corporativo mundial”. Portanto, urge compreender como a financeirização entra no jogo narrativo e político contemporâneo.

Para Massumi (2020), integrante de um grupo de criação-pesquisa que pensa e atua no sentido de possibilitar um futuro pós-capitalista, é imprescindível enfrentar o capital financeiro, o que requer aprendizado coletivo, pois ainda são vagas as noções que se tem sobre o que ele é e como funciona, sendo preciso forjar novas análises e conceitos críticos para a luta anticapitalista.

Desse trabalho, tomamos a discussão sobre afeto, que o autor entende ser transindividual, parte do dinamismo do campo relacional, nossa força de resistência primária. Porém, tem-se sua captura como emoção, correlata à constituição da dimensão privada do sujeito individual, esse criatura da economização capitalista. Conforme o autor, um dos principais canais para tal captura personalizante é a narrativa, mormente a aspiracional.

Para pessoas LGBTI+, orgulho foi e é afeto que brota em e sustenta lutas, atravessa e congrega coletivos, notadamente transindividual. Sua captura pela economização escancara-se quando uma instituição financeira nomeia-se *Pride Bank*. A hashtag #OrgulhodeSerPride não é pleonismo, mas apropriação despolitizante, convocação a indivíduos, que o banco quer sensibilizar através do laço discursivo que vincula maior uso de serviços financeiros, mais doações à causa: afetar e ser afetado descola-se dos corpos em relação; dinheiro é o que, nessa lógica, pode “afetar”, fazer diferença. Pode? Em que sentidos e medida?

Tal banco joga com diferentes aspirações. Para mulheres trans, a imagem glamorosa seria ideal a almejar? Para homens gays negros, uma relação amorosa na qual se administra finanças e contrata planos de saúde em conjunto seria “sonho de consumo”? Recorremos a essa expressão para problematizar um conceito-narrativa: o *pink money*. Decantado pelo mercado, em jogo de luz/sombra, ilumina o potencial de consumo de pessoas LGBTI+. Com Segato (2022), indagamos: seria o de sua elite? Quanto *pink money* teria uma mulher lésbica e negra, sem formação superior e com filhas jovens? E um homem gay idoso, aposentado pelo INSS, com vários problemas de saúde?

Não há como saber, pois, no Brasil, fora as projeções mercadológicas, dados so-

cioeconômicos ou demográficos sobre pessoas LGBTI+ são escassos ou inexistentes. Quanto a isso, indiretamente, os editais do Itaú são úteis, pista de que ter trabalho, uma fonte de renda mais ou menos contínua, é questão intrincada para esta população. Afinal, vivemos em um país onde a lgbtfobia campeia e, no avanço do capitalismo financeirizado, processos de exploração de trabalhadores se intensificam (Fraser, 2024).

Visando chegar a ponto fulcral, avançamos um pouco as especulações: se a mulher lésbica e/ou suas filhas desejassem ter educação superior ou se o homem gay necessitasse de uma ampla gama de medicamentos, que opções teriam? Para as primeiras, o Santander oferece desconto em faculdades privadas, condicionado ao uso do cartão SX; para o segundo, o *Pride Bank* disponibiliza “descontos em farmácias”, atrelados à adesão a produto financeiro.

Nessa fabulação-factual, tem-se, por um lado, produção e captura da esperança: que a faculdade leve a futuro melhor, que a saúde possa ser mantida. Por outro, tendo em vista o estrangulamento das políticas públicas, que naturaliza não acessar direitos, o que se processa é a promoção do crédito como espécie de avalista da esperança, o meio (que resta) para buscar alcançar o desejado ou o necessário para sobre-viver – até o final do mês, do ano, da “má fase”. Enfim, jogo sem fim que empenha e condiciona futuros.

Posto isto, pensamos que, na crítica ao capitalismo neoliberal financeirizado, nas lutas para fissurá-lo, tomar o sistema crédito-dívida configura-se como um mote potente. No presente artigo, problematizamos os modos como o clamor por representatividade LGBTI+ vem sendo diluído e subsumido na comoditização de afetos e demandas de lutas, na busca de sua conversão em oportunidades para, ampliando consumo de produtos e serviços financeiros, em especial cartões de crédito, mais lucrar e mais endividar.

Entendemos ser essencial também tomar as desigualdades em análise. Lazzarato (2017) forjou o conceito de homem endividado. Fundamental agora rachá-lo, pois não há um sujeito genérico, mas pessoas interseccionalmente marcadas por raça, gênero, classe, idade, sexualidade, etc., que hoje estão, mais ou menos, presas na roda das dívidas. Isso implica abrir também a sigla LGBTI+, dando corpo(s) para o que o mercado vê como um nicho ou traduz como diversidade. Desse modo, seria possível conhecer e visibilizar as desigualdades quanto às condições sociais e financeiras, graus de precarização e endividamento que vivenciam.

Como pontua Fraser (2024, p. 80), uma vez que “o setor financeiro entra em metástase”, se tem a universalização da expropriação, o endividamento tornando-se o motor da “canibalização da riqueza de populações indefesas”. Assim sendo, trazer à luz seu caráter assaz rentável para pouquíssimos, e a captura da grande maioria da população pelas dívidas públicas e privadas, pode contribuir para dar a ver e romper com a individualização e moralização que se entrelaçam a elas na produção subjetiva

contemporânea. Wang (2022, p. 51) ressalta que “o controle que a dívida exerce sobre nossas vidas não é meramente numérico”; internalizada a naturalização do endividamento, a autorresponsabilização só avança, reforçado um circuito difícil de romper.

Neste sentido, com Silva (2024, p. 15), cabe trazer a noção de “dívida impagável... [aquela] que pesa sobre alguém a quem não cabe pagá-la”. Apesar de relacionar tal noção aos empréstimos imobiliários *subprime* (direcionados a pessoas negras nos EUA, com juros exorbitantes, impagáveis), a autora focaliza, em suas análises, o Colonial, o Racial e o Capital de modo a abrir problematizações “não tanto da extração e expropriação econômicas, mas da subjugação política em geral” (Silva, 2024, p. 355).

Tal perspectiva reforça nossa convicção de que, no enfrentamento às forças biopolíticas e necropolíticas que se atualizam no âmbito do capitalismo neoliberal financeirizado, reafirmar lutas políticas passa por pautar vivências que levem a atentar a condições estruturais históricas (patriarcais, cis-heteronormativas, racistas, colonialistas, capitalistas, etc.) que, compostas, forjam minorias e buscam subjugar-las, mas não sem encontrar resistências.

Em vista disso, para finalizar, uma provocação: querem-nos sujeitos contábeis (Dardot; Laval, 2016)? Que sejamos, mas de modo indisciplinado! Olhando para o curso da história, dimensionando fazeres e esforços, expropriações, explorações e concentração de riquezas, que começemos a “tudo calcular”, fazer as contas. Assim, a partir de giro estratégico coletivo, nova compreensão, nova indagação: quem deve a quem? Conta apresentada, momento de “nos reapropriarmos da riqueza coletiva que produzimos” (Federici; Gago; Cavallero, 2023, p. 12).

Recebido: 27/12/2023

Aceito para publicação: 10/07/2024

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, Silvio Luiz de. 2021. "Necropolítica e neoliberalismo". *Caderno CRH*. Vol. 34, p. 1-10.
- BARROS, Letícia; BARROS de BARROS, Maria Elizabeth. 2016. "O problema da análise em pesquisa cartográfica". In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; TEDESCO, S. (orgs.). *Pistas do método da cartografia – a experiência da pesquisa e o plano comum*. Porto Alegre: Sulina. 310 p.
- BECK, Ceres Grehs; CUNHA, Luis Henrique Hermínio. 2017. "As múltiplas faces da como-dificação e a constituição da crítica acerca das práticas de consumo contemporâneas". *Ciências Sociais Unisinos*. Vol. 53, nº 1, p. 136-147.
- BOURCIER, Sam. 2020. *Homo Inc. Orporated: o triângulo e o unicórnio que peida*. São Paulo: n-1 edições. 288 p.
- BUTLER, Judith. 2023. *Corpos que importam: os limites discursivos do sexo*. São Paulo: n-1 edições. 400 p.
- CAZEIRO, Felipe; GALINDO, Dolores; SOUZA, Leonardo de; GUIMARAES, Guilherme. 2022. "Processo transexualizador no SUS: questões para a psicologia a partir de itinerários terapêuticos e despatologização". *Psicologia em Estudo*. Vol. 27, p. 1-18.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. 2016. "Neoliberalismo e subjetivação capitalista". *Revista O Olho da História*. N. 22, p. 1-12.
- DIEESE. (05. 2023). Desempenho dos bancos 2022 [online]. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/desempenhodosbancos/2023/desempenhoDosBancos2023/index.html?page=1>. [Acesso em 21.08.2023].
- DOWBOR, Ladislau. 2017. *A era do capital improdutivo*. São Paulo: Outras Palavras & Autonomia Literária. 313 p.
- DUGGAN, Lisa. 2002. "The new homonormativity: The sexual politics of neoliberalism". In: CASTRONOVO, R.; NELSON, D. D.; PEASE, D.E. (eds.). *Materializing democracy: Toward a revitalized cultural politics*. New York: Duke University Press. 440 p.
- FEDERICI, Silvia; GAGO, Verónica; CAVALLERO, Luci. 2023. *Quem deve a quem? Ensaios transnacionais de desobediência financeira*. São Paulo: Elefante. 208 p.
- FERRARINI, Letícia. 2021. "Inclusão financeira em tempos de fintech". *Percursos*. Vol. 3, nº 40, p. 66-70.
- FOUCAULT, Michel. 2008. *Nascimento da biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes. 474 p.
- FOUCAULT, Michel. 2018. *Em defesa da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes. 269 p.
- FRASER, Nancy. 2024. *Capitalismo canibal*. São Paulo: Autonomia Literária. 234 p.
- GREEN, James Naylor. 2022. *Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. São Paulo: Editora Unesp. 655p.
- GOIS, Pedro; FERRAZ, Janaynna de Moura. 2021. "Introdução ao *pinkwashing*: representatividade e marcas engajadas". *RPCA*. Vol. 15, nº 2, p. 88-103.

- IRINEU, Bruna. 2014. "10 anos do Programa Brasil Sem Homofobia: notas críticas". *Temporais*. Vol. 14, nº 28, p. 193-220.
- KVELLER, Daniel. 2022. *Dissidências sexuais, temporalidades queer: uma crítica ao imperativo do progresso e do orgulho*. Salvador: Devires. 270 p.
- LAPYDA, Ilan. 2023. *Introdução à financeirização*. São Paulo: CEFA Editorial. 160 p.
- LAVINAS, Lena; GENTIL, Denise. 2018. "Brasil anos 2000: a política social sob regência da financeirização". *Novos estudos CEBRAP*. Vol. 37, p. 191-211.
- LAZZARATO, Maurizio. 2017. *O governo do homem endividado*. São Paulo: n-1 edições. 239 p.
- LAZZARATO, Maurizio. 2019. *Fascismo ou revolução? O neoliberalismo em chave estratégica*. São Paulo: n-1 edições. 203 p.
- MASSUMI, Brian. 2020. 99 teses para uma reavaliação do valor. São Paulo: GLAC edições. 224p.
- O GLOBO. (02.09.2010). Crédito imobiliário para casais gays ganha mais mercado [online]. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/imoveis/credito-imobiliario-para-casais-gays-ganha-mais-mercado-2957625>. [Acesso em 07.12.2023].
- OLIVEIRA, Arize Souza Fernandes de; MACHADO, Mônica. 2021. "Mais do que dinheiro: *pink money* e a circulação de sentidos na comunidade LGBT+". *Signos do Consumo*. Vol. 13, nº 1, p. 20-31.
- PONTES, Júlia Clara de. 2021. "'Disforia' e 'incongruência' de gênero: notas sobre a gestão biomédica da(s) infância(s) e adolescência(s) 'trans'". *Enfoques*. Vol. 18, nº 2, p. 135-157.
- QUINALHA, Renan. 2022. *Movimento LGBTI+: uma breve história do século XIX aos nossos dias*. Belo Horizonte: Autêntica. 200 p.
- ROLNIK, Sueli. 2018. *Esferas da insurreição*. São Paulo: n-1 edições. 208 p.
- SEGATO, Rita. 2022. *Cenas de um pensamento incômodo: gênero, cárcere e cultura em uma visada decolonial*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo. 252 p.
- SILVA, Denise Ferreira da. 2024. *A dívida impagável*. Rio de Janeiro: Zahar. 397 p.
- SILVA, P. H. L. 2021. *Financiamento internacional de ONGs LGBTI no Brasil: estratégias e desafios*. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- SIMÕES, Júlio Assis; FACCHINI, Regina. 2009. *Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo. 196 p.
- WANG, Jackie. 2022. *Capitalismo carcerário*. São Paulo: Ingrá Kniga. 319 p.